

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Justiça Internacional TBN

Informação Complementar

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 197
Créditos ECTS: 7

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Cláudia Monge, 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Constituem objetivos de aprendizagem Unidade Curricular, no domínio dos conhecimentos técnico-jurídicos visados:

- (i) Reconhecer a relevância da justiça internacional na realização da missão do Direito Internacional Público;
- (ii) Identificar, conhecer e saber aplicar criticamente os sistemas de justiça internacional, de base universal e de base regional;
- (iii) Reconhecer como a justiça internacional contribui para a evolução e a aplicação do Direito na ordem jurídica europeia e na ordem jurídica nacional;
- (iv) Reconhecer como a justiça internacional contribui para a tutela efetiva de direitos humanos;
- (v) Reconhecer a especial relevância dos sistemas de base regional para a realização dos direitos humanos;
- (vi) Apreciar com sentido crítico desafios atuais através da análise de temas.

Constituem objetivos de aprendizagem Unidade Curricular, no que respeita às competências a adquirir:

- (i) Saber explicar os sistemas de justiça internacional e traçar a importância dos seus efeitos;
- (ii) Saber reconhecer os efeitos da justiça internacional na ordem jurídica europeia e nas ordens jurídicas dos Estados;
- (iii) Integrar o Direito Internacional e os seus meios judiciais na proteção de direitos humanos;
- (iv) Saber discutir e tomar posição sobre temas atuais para cuja análise e respostas científicas tem contribuído a justiça internacional.

Conteúdos programáticos

- Introdução
 1. Direito Internacional Público e a Justiça Internacional como meio de resolução de controvérsias
 2. Direito Internacional Público e Proteção Internacional da Pessoa Humana; a dignidade da pessoa humana, a proibição de discriminação, a igual dignidade e os deveres estatais de proteção dos direitos humanos
 3. A Justiça Internacional como instrumento de tutela efetiva de direitos humanos – a relevância da justiça internacional e o papel dos tribunais na aplicação do Direito Internacional da Pessoa Humana – situação atual.
- Capítulo I – A Justiça Internacional universal, Nações Unidas e o sistema universal
 1. Os objetivos e os princípios das Nações Unidas
 2. A Carta das Nações Unidas e a via judicial como meio de solução pacífica de controvérsias
 3. O Tribunal Internacional de Justiça como principal órgão judicial das Nações Unidas
 - 3.1. Criação;
 - 3.2. O Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça: âmbito de jurisdição, legitimidade; regime
 4. O Tribunal Penal Internacional
 - 4.1. Criação;
 - 4.2. O Estatuto de Roma: âmbito de jurisdição, legitimidade; regime
 5. O Tribunal Internacional do Direito do Mar
 - 5.1. Criação
 - 5.2. Aspetos centrais do seu regime
- Capítulo II – A Justiça Internacional Regional
 1. Europa: o Tribunal de Justiça da União Europeia
 2. A Justiça Internacional Regional na proteção de direitos humanos:
 - 2.1. Enquadramento;
 - 2.2. Europa: o Conselho da Europa, o sistema jurisdicional da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a atuação do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos;
 - 2.3. África: o sistema jurisdicional da Convenção Africana dos Direitos Humanos e a atuação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos;
 - 2.4. América: o sistema jurisdicional da Convenção Americana dos Direitos Humanos e a atuação do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos.
- Capítulo III – A Justiça Internacional de direitos humanos – análises temáticas

Tema 1: A Justiça Internacional e a proteção da saúde;
Tema 2: A Justiça Internacional e a proteção do ambiente; a proteção conjugada do direito à proteção da saúde e do direito ao ambiente;
Tema 3: A Justiça Internacional e a proteção das crianças;
Tema 4: A Justiça Internacional e a proibição da discriminação em razão da idade;
Tema 5: A Justiça Internacional e o combate à violência doméstica;
Tema 6: A Justiça Internacional e a proteção dos refugiados.
- Balanço:
 1. A importância do labor dos tribunais regionais de defesa dos direitos humanos e a defesa do Estado de Direito.
 2. A relação entre os sistemas de Justiça Internacional;
 3. A Justiça Internacional e a ordem jurídica internacional, a ordem jurídica da União Europeia e a ordem jurídica portuguesa;
 4. A relevância da Justiça Internacional para a ordem jurídica nacional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O enquadramento, inicial, da justiça internacional como modo de realização do Direito Internacional Público, na subsistência e no funcionamento da comunidade internacional, constitui modo adequado para o reconhecimento da importância do estudo da matéria. A articulação da Justiça Internacional com a Proteção Internacional da Pessoa Humana e os seus elementos essenciais, dignidade humana e proibição de discriminação, permite gerar o patamar de compreensão da justiça internacional como instrumento essencial na tutela efetiva de direitos humanos.

O estudo da Justiça Internacional universal, no quadro das Nações Unidas, de âmbito genérico e de âmbito especializado, promove uma abordagem compreensiva da via judicial como meio de solução pacífica de controvérsias e como meio de proteção da comunidade internacional, dos seus bens essenciais e dos direitos humanos.

O estudo em especial da Justiça Internacional Regional permite reconhecer o relevante papel que esta tem revestido, em especial, na proteção de direitos humanos.

A transversalidade dos conteúdos definidos permite conjugar os diferentes meios de justiça internacional, identificar os efeitos da justiça internacional na ordem jurídica europeia e nas ordens jurídicas dos Estados e reconhecer como a justiça internacional contribui para a evolução e a aplicação do Direito na ordem jurídica europeia e na ordem jurídica nacional.

A análise de temas, de reconhecida atualidade, permite promover o sentido crítico e a tomada de posição sobre matérias essenciais que constituem desafios presentes e futuros ao Direito Internacional Público e à Proteção Internacional da Pessoa Humana e para cuja análise e respostas científicas tem contribuído a justiça internacional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão teórico-práticas. Conjugada com a exposição inicial de conteúdos pela docente, será promovida a participação dos alunos de acordo com os temas e respetivos materiais previamente indicados em conformidade com o programa. Serão disponibilizados materiais, para estudo e análise jurisprudencial, de modo a promover a apreciação crítica e a discussão prática dos conteúdos teóricos versados. Serão igualmente realizados debates e a apresentação de trabalhos individuais. Os materiais serão disponibilizados na plataforma Moodle acessíveis através do [link Justiça Internacional \(3053TBN-2526\)](#)

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Apresentação oral de temas do programa e intervenção nas aulas e em debates (20%);
- Apresentação oral de trabalho individual (15%)
- Apresentação de trabalho escrito (10 páginas) (15%)
- Exame escrito (50%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método teórico-prático é adequado à exposição dos fundamentos teóricos e à aprendizagem dos necessários instrumentos práticos para a realização dos objetivos da disciplina. A avaliação em contexto de aula, conjugada com a avaliação escrita, permite com coerência a verificação da aprendizagem de acordo com os objetivos gizados. A promoção do trabalho em aula, de preparação de temas, exposições e debates e a preparação de trabalho escrito auxiliam ao desenvolvimento de competências de investigação e ao aprofundamento de conhecimentos adequados a um aluno de mestrado.

Bibliografia em destaque

- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE (ORG.) – *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019;
 - *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. II*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019;
 - *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. II*, Lisboa, Universidade Católica Editora, Vol. III, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2020;
- BASTOS, FERNANDO LOUREIRO – “O contributo do Tribunal Internacional do Direito do Mar para a clarificação dos poderes dos Estados costeiros na zona económica exclusiva”, in MARTA CHANTAL RIBEIRO (COORD.), *20 anos da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Portugal e os recentes desenvolvimentos no Direito do Mar*, Porto, CIIMAR – Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2015, pp. 37-53 (<http://www.ciimar.up.pt>);
 - “Introduction” [to Part 4 The contribution of the International Tribunal for the Law of the Sea (ITLOS) to the Development of the Law of the Sea], in: GALVÃO TELES, PATRÍCIA; RIBEIRO, MANUEL ALMEIDA (EDS.), *Case-Law and the Development of International Law. Contributions by International Courts and Tribunals*, Brill – Nijhoff, pp. 177-179, 2022;
 - “Looking at the Case Law of the European Court of Human Rights through the lens of the International Law of the Sea”, in SIIG, KRISTINA / FELDTMANN, BIRGIT / BILLING, FENELLA M. W. (EDITORS), *The United Nations Convention on the Law of the Sea, A system of regulation*, Routledge, 2023, pp. 135-151;
- DUARTE, MARIA LUÍSA – *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL Editora, 2021;
 - *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, 2ª edição, Lisboa, AAFDL Editora, 2023;
- DUARTE, MARIA LUÍSA / LANCEIRO, RUI TAVARES (COORDS.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL Editora, 2018;

- DUARTE, MARIA LUÍSA / LANCEIRO, RUI TAVARES / DUARTE, FRANCISCO ABREU (COORDS.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2020;
- DUARTE, MARIA LUÍSA / GIL, ANA RITA / FREITAS, TIAGO FIDALGO DE – *Direitos Humanos e Estado de Direito – protecção no quadro internacional e europeu*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022;
- FONSECA, RUI GUERRA DA – *Protecção Internacional dos Direitos Humanos – Introdução à disciplina. Sumários desenvolvidos*, Lisboa, AAFDL Editora, 2018;
- GIL, ANA RITA – *Imigração e Direitos Humanos*, 2.^a edição, atualizada, Lisboa, Petrony, 2021;
– *Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo*, Lisboa, Petrony, 2021;
- GODINHO, INÊS FERNANDES / PEREIRA, ANDRÉ DIAS (COORDS.) – *O TEDH e a Saúde através das opiniões do Juiz Paulo Pinto de Albuquerque*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2024;
- GOMES, CARLA AMADO – *Direito Internacional do Ambiente - Uma Abordagem Temática*, Lisboa, AAFDL Editora, 2018;
- GOMES, CARLA AMADO / SILVA, JOSIANE SCHRAMM DA / CARMO, VALTER MOURA DO – “Opinião Consultiva 23/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e as inovações à tutela do meio ambiente no Direito Internacional”, in *Veredas do Direito, Belo Horizonte*, v. 17, n.º 38, maio-agosto, 2020;
- GOMES, CARLA AMADO / OLIVEIRA, HELOÍSA (ED.) – *Tratado de Direito do Ambiente, Volume I – Parte Geral*, LISBOA, CIDP - Centro de Investigação de Direito Público / ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2.^a ed., 2022;
– *Tratado de Direito do Ambiente. Vol. II – Parte Especial*. Lisbon: Lisbon Public Law Editions, 2.^a edição, 2024;
- GOMES, CARLA AMADO / OLIVEIRA, HELOÍSA / OLIVEIRA, MADALENA PERESTRELO DE (EDITORS), *A Treatise on Environmental Law, Volume III_ Environmental Law and other legal fields*, Lisbon Public Law Editions, March 2024;
- LOCK, TOBIAS – *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015;
- MACHADO, JÓNATAS – *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro*, 5.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2019;
- MACKENZIE, RUTH / ROMANO, CESARE / SHANY, YUVAL / SANDS, PHILIPPE – *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010;
- MARTINS, ANA MARIA GUERRA – *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2017;
- MERRILLS, JOHN. / DE BRABANDERE, ERIC – *Merrills' International Dispute Settlement*, 7th ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2022;
- MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – *Justiça Internacional, Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010;
– *Justiça Internacional, Lições, Parte II – Justiça internacional regional, Justiça regional especializada em matéria de Direitos Humanos, Introdução – Europa*, Lisboa, AAFDL Editora, 2020;
– *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022;
- MIRANDA, JORGE – *Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Cascais, Principia, 2016;
- MONGE, CLÁUDIA – “A OMS e o multilateralismo no combate das ameaças transnacionais à saúde pública”, in MARIA LUÍSA DUARTE, RUI TAVARES LANCEIRO e FRANCISCO DE ABREU DUARTE (coord.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2020, pp. 173-198;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “Anotação ao “Artigo 25.º - Saúde”, in JOAQUIM CORREIA GOMES, LUÍSA NETO e PAULA TÁVORA (org.), *Comentário à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2020;
- “Hospitais verdes: entre o direito à saúde e a proteção do ambiente”, in CARLA AMADO GOMES, CLÁUDIA MONGE, AQUILINO PAULO ANTUNES e HELOÍSA OLIVEIRA (coord.), *Sustentabilidade e eficiência no sector hospitalar – Quão verdes podem ser os hospitais*, Instituto de Ciências Jurídico Políticas e Lisbon Public Law Research Centre, 2022, <http://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/32907/view>;
- “Direito Internacional dos Direitos Humanos e derrogações por razões de proteção sanitária: fundamento e limites”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito, Protecção no Quadro Europeu e Internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022, pp. 137-198;
- “Os direitos das pessoas em contexto de saúde no Direito Internacional, no Direito da União Europeia e no Direito Português”, in RUTE SIMÕES RIBEIRO (coord.), CRISTINA VENTURA e PAULO GONÇALVES (editores), *Advocacia da Cidadania de Saúde, Manual para associações de doentes e outros advocates*, Lisboa, Petrony, 2022, pp. 435-441;
- NUNES, TERESA / PINTO, ANA ISABEL SOARES / MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE / LANCEIRO, RUI – *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto Valores Europeus após a Conferência sobre o Futuro da Europa* [E-book], Lisboa, AAFDL Editora; 2025;
- SCHABAS, WILLIAM A. – *An Introduction to the International Criminal Court, Sixth Edition*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2017;
 - *The right to life in armed conflict, Japanese Yearbook of International Law Vol. 66*, 2023, pp. 21-48;
- SQUATRITO, THERESA *et al.* (Ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2018.

Curricular unit sheet

Course

Curricular unit

International Justice

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Cláudia Monge – 2 hours

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

The learning objectives of the course unit, in the field of technical and legal knowledge, are as follows:

- (i) Recognise the relevance of international justice in the fulfilment of the mission of public international law;
- (ii) Identify, understand and know how to critically apply international justice systems, both universal and regional;
- (iii) Recognise how international justice contributes to the evolution and application of law in the European legal order and in the national legal order;
- (iv) Recognise how international justice contributes to the effective protection of human rights;
- (v) Recognise the special relevance of regional systems for the realisation of human rights;
- (vi) Critically assess current challenges through the analysis of topics.

Syllabus

- Introduction
 1. Public International Law and International Justice as a means of pacific settlement of disputes
 2. Public International Law and International Protection of Human Rights; human dignity, prohibition of discrimination, equal dignity and the state's duty to protect human rights
 3. International Justice as an instrument for the effective protection of human rights – the relevance of international justice and the role of courts in the fulfilment of International Human Rights Law – current situation.
- Chapter I – Universal International Justice, the United Nations and the universal system
 1. The purposes and principles of the United Nations
 2. The Charter of the United Nations and the judicial proceeding as a means of pacific settlement of disputes
 3. The International Court of Justice as the principal judicial organ of the United Nations
 - 3.1. Foundation;
 - 3.2. The Statute of the International Court of Justice: scope of jurisdiction, legitimacy; regime
 4. The International Criminal Court
 - 4.1. Foundation;
 - 4.2. The Rome Statute: scope of jurisdiction, legitimacy; regime
 5. The International Tribunal for the Law of the Sea
 - 5.1. Foundation;
 - 5.2. Key aspects of its regime
- Chapter II – Regional International Justice
 1. Europe: the Court of Justice of the European Union
 2. Regional International Justice in the protection of human rights:
 - 2.1. Background;
 - 2.2. Europe: the Council of Europe, the judicial system of the European Convention on Human Rights and the work of the European Court of Human Rights;
 - 2.3. Africa: the judicial system of the African Convention on Human Rights and the work of the African Court on Human and Peoples' Rights;
 - 2.4. America: the judicial system of the American Convention on Human Rights and the work of the Inter-American Court of Human Rights.
- Chapter III – International human rights justice – thematic analyses

Theme 1: International justice and health protection;

Theme 2: International justice and environmental protection; the combined protection of the right to health and the right to the environment;

Theme 3: International justice and the protection of children;

Theme 4: International justice and the prohibition of age discrimination;

Theme 5: International justice and combating domestic violence;

Theme 6: International justice and the protection of refugees.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The initial framing of international justice as a means of fulfilment of public international law in the subsistence and modus of the international community is an appropriate way to recognise the importance of studying this subject. The interaction of international justice with the international protection of human rights and its essential elements, human dignity and the prohibition of discrimination, allows us to understand international justice as an essential instrument in the effective protection of human rights.

The study of universal international justice, within the framework of the United Nations, both in general and in specific areas, promotes a comprehensive approach to the judicial route as a means of pacific settlement of disputes and as a means of protecting the international community, its essential values and human rights.

The study of regional international justice allows the recognition of the important role it has played, especially in the protection of human rights.

The cross-cutting nature of the defined content makes it possible to combine the different means of international justice, identify the effects of international justice on the European legal order and on the legal orders of the States, and recognise how international justice contributes to the evolution and enforcement of law in the European legal order and in the national legal order.

The analysis of themes of recognised relevance promotes critical thinking and the establishment of opinions on essential matters that constitute present and future challenges to public international law and the international protection of human rights, to the study and scientific response to which international justice has contributed.

Teaching methodologies (including evaluation)

Classes will be theoretical and practical. Combined with the initial presentation of content by the lecturer, student participation will be encouraged according to the topics and respective materials previously indicated in accordance with the programme. Materials will be made available for study and case law analysis to promote critical assessment and practical discussion of the theoretical content covered. Debates and individual presentations will also be held.

The materials will be made available on the Moodle platform, accessible via the link [Justiça Internacional \(3053TBN-2526\)](#)

Assessment is based on the following elements:

- Oral presentation of programme topics and participation in classes and debates (20%);
- Oral presentation of individual work (15%);
- Presentation of a paper (10 pages) (15%);
- Written examination (50%).

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretical-practical method is appropriate for presenting the theoretical foundations and learning the practical tools necessary to achieve the course aims. Assessment in the classroom, combined with written paper, allows for consistent evaluation of learning in accordance with the aims established. The encouragement of classroom work, preparation of topics, presentations and debates, and the preparation of a paper help to develop research skills and deepen knowledge appropriate to a master's student.

Bibliography - Highlight

- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE (ORG.) – *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019;
 - *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. II*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019;
 - *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. II*, Lisboa, Universidade Católica Editora, Vol. III, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2020;
- BASTOS, FERNANDO LOUREIRO – “O contributo do Tribunal Internacional do Direito do Mar para a clarificação dos poderes dos Estados costeiros na zona económica exclusiva”, in MARTA CHANTAL RIBEIRO (COORD.), *20 anos da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Portugal e os recentes desenvolvimentos no Direito do Mar*, Porto, CIIMAR – Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2015, pp. 37-53 (<http://www.ciimar.up.pt>);
 - “Introduction” [to Part 4 The contribution of the International Tribunal for the Law of the Sea (ITLOS) to the Development of the Law of the Sea], in: GALVÃO TELES, PATRÍCIA; RIBEIRO, MANUEL ALMEIDA (EDS.), *Case-Law and the Development of International Law. Contributions by International Courts and Tribunals*, Brill – Nijhoff, pp. 177-179, 2022;

- “Looking at the Case Law of the European Court of Human Rights through the lens of the International Law of the Sea”, in SIIG, KRISTINA / FELDTMANN, BIRGIT / BILLING, FENELLA M. W. (EDITORS), *The United Nations Convention on the Law of the Sea, A system of regulation*, Routledge, 2023, pp. 135-151;
- DUARTE, MARIA LUÍSA – *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL Editora, 2021;
 - *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, 2.^a edição, Lisboa, AAFDL Editora, 2023;
- DUARTE, MARIA LUÍSA / LANCEIRO, RUI TAVARES (COORDS.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL Editora, 2018;
- DUARTE, MARIA LUÍSA / LANCEIRO, RUI TAVARES / DUARTE, FRANCISCO ABREU (COORDS.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2020;
- DUARTE, MARIA LUÍSA / GIL, ANA RITA / FREITAS, TIAGO FIDALGO DE – *Direitos Humanos e Estado de Direito – protecção no quadro internacional e europeu*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022;
- FONSECA, RUI GUERRA DA – *Protecção Internacional dos Direitos Humanos – Introdução à disciplina. Sumários desenvolvidos*, Lisboa, AAFDL Editora, 2018;
- GIL, ANA RITA – *Imigração e Direitos Humanos*, 2.^a edição, atualizada, Lisboa, Petrony, 2021;
 - *Estudos sobre Direito da Imigração e do Asilo*, Lisboa, Petrony, 2021;
- GODINHO, INÊS FERNANDES / PEREIRA, ANDRÉ DIAS (COORDS.) – *O TEDH e a Saúde através das opiniões do Juiz Paulo Pinto de Albuquerque*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2024;
- GOMES, CARLA AMADO – *Direito Internacional do Ambiente - Uma Abordagem Temática*, Lisboa, AAFDL Editora, 2018;
- GOMES, CARLA AMADO / SILVA, JOSIANE SCHRAMM DA / CARMO, VALTER MOURA DO – “Opinião Consultiva 23/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e as inovações à tutela do meio ambiente no Direito Internacional”, in *Veredas do Direito, Belo Horizonte*, v. 17, n.º 38, maio-agosto, 2020;
- GOMES, CARLA AMADO / OLIVEIRA, HELOÍSA (ED.) – *Tratado de Direito do Ambiente, Volume I – Parte Geral*, LISBOA, CIDP - Centro de Investigação de Direito Público / ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2.^a ed., 2022;
 - *Tratado de Direito do Ambiente. Vol. II – Parte Especial*. Lisbon: Lisbon Public Law Editions, 2.^a edição, 2024;
- GOMES, CARLA AMADO / OLIVEIRA, HELOÍSA / OLIVEIRA, MADALENA PERESTRELO DE (EDITORS), *A Treatise on Environmental Law, Volume III _ Environmental Law and other legal fields*, Lisbon Public Law Editions, March 2024;
- LOCK, TOBIAS – *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015;
- MACHADO, JÓNATAS – *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro*, 5.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2019;
- MACKENZIE, RUTH / ROMANO, CESARE / SHANY, YUVAL / SANDS, PHILIPPE – *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010;
- MARTINS, ANA MARIA GUERRA – *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2017;
- MERRILLS, JOHN. / DE BRABANDERE, ERIC – *Merrills’ International Dispute Settlement*, 7th ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2022;

- MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE – *Justiça Internacional, Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010;
 - *Justiça Internacional, Lições, Parte II – Justiça internacional regional, Justiça regional especializada em matéria de Direitos Humanos, Introdução – Europa*, Lisboa, AAFDL Editora, 2020;
 - *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022;
- MIRANDA, JORGE – *Direito Internacional Público*, 6.ª ed., Cascais, Principia, 2016;
- MONGE, CLÁUDIA – “A OMS e o multilateralismo no combate das ameaças transnacionais à saúde pública”, in MARIA LUÍSA DUARTE, RUI TAVARES LANCEIRO e FRANCISCO DE ABREU DUARTE (coord.), *Ordem Jurídica Global do Século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2020, pp. 173-198;
 - “Anotação ao “Artigo 25.º - Saúde”, in JOAQUIM CORREIA GOMES, LUÍSA NETO e PAULA TÁVORA (org.), *Comentário à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2020;
 - “Hospitais verdes: entre o direito à saúde e a proteção do ambiente”, in CARLA AMADO GOMES, CLÁUDIA MONGE, AQUILINO PAULO ANTUNES e HELOÍSA OLIVEIRA (coord.), *Sustentabilidade e eficiência no sector hospitalar – Quão verdes podem ser os hospitais*, Instituto de Ciências Jurídico Políticas e Lisbon Public Law Research Centre, 2022, <http://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/32907/view>;
 - “Direito Internacional dos Direitos Humanos e derrogações por razões de proteção sanitária: fundamento e limites”, in MARIA LUÍSA DUARTE, ANA RITA GIL e TIAGO FIDALGO DE FREITAS (org.), *Direitos Humanos e Estado de Direito, Protecção no Quadro Europeu e Internacional*, Lisboa, AAFDL Editora, 2022, pp. 137-198;
 - “Os direitos das pessoas em contexto de saúde no Direito Internacional, no Direito da União Europeia e no Direito Português”, in RUTE SIMÕES RIBEIRO (coord.), CRISTINA VENTURA e PAULO GONÇALVES (editores), *Advocacia da Cidadania de Saúde, Manual para associações de doentes e outros advocates*, Lisboa, Petrony, 2022, pp. 435-441;
- NUNES, TERESA / PINTO, ANA ISABEL SOARES / MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE / LANCEIRO, RUI – *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto Valores Europeus após a Conferência sobre o Futuro da Europa* [E-book], Lisboa, AAFDL Editora; 2025;
- SCHABAS, WILLIAM A. – *An Introduction to the International Criminal Court, Sixth Edition*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2017;
 - *The right to life in armed conflict, Japanese Yearbook of International Law Vol. 66*, 2023, pp. 21-48;
- SQUATRITO, THERESA et al. (Ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2018.